



ESCÂNDALO DO MEC / Oposição protocola pedido de abertura de comissão, mas base do governo tenta convencer senadores a retirar apoio e pretende recorrer à Justiça contra instalação. Executivo acelera liberação de recursos do orçamento secreto

Ofensiva no Congresso e no Supremo contra CPI

» ROSANA HESSEL
» TAISA MEDEIROS
» FERNANDA STRICKLAND

O governo deflagrou uma ofensiva para tentar barrar a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Ministério da Educação, destinada a investigar denúncias de corrupção e tráfico de influência na pasta. O requerimento para a criação do colegiado foi protocolado, ontem, pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). No contra-ataque, a base governista busca convencer colegas a retirarem a assinatura do documento e pretende recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para cobrar do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que priorize a instalação de outras CPIs que aguardam na fila. Além disso, foi agilizada a liberação de recursos do orçamento secreto.

Conforme levantamento da Associação Contas Abertas junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), apenas entre 22 de junho — data da prisão do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro — e 27 de junho, foram pagos R\$ 4,3 bilhões em emendas do relator, o equivalente a 86% dos R\$ 4,97 bilhões pagos neste mês (veja quadro). O valor é o maior registrado para esse tipo de emenda em qualquer mês do ano, desde 2020, de acordo com o especialista em contas públicas Gil Castello Branco, secretário-geral e fundador da Contas Abertas. Ele lembrou que a diferença, de R\$ 675,1 milhões, foi referente ao pagamento de restos a pagar de emendas de anos anteriores.

Pelas estimativas da entidade, desde janeiro até ontem, o total de emendas do relator empenhadas estava em R\$ 5,7 bilhões, ou seja, 34,7% do total previsto no Orçamento deste ano para as emendas do relator: R\$ 16,5 bilhões. O dado é bem próximo à estimativa do empenho dessas emendas feita pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), de R\$ 5,8 bilhões.

As polêmicas emendas do relator-geral, ou RP9, criadas no governo Jair Bolsonaro (PL), são também conhecidas como “orçamento secreto”, pela pouca transparência sobre os dados de

Edilson Rodrigues/Agência Senado



O governo teria escalado Flávio Bolsonaro e Davi Alcolumbre, ex-presidente do Senado, para liderarem as investidas contra a CPI

que parlamentar é beneficiado e para onde vai o dinheiro, conforme reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*.

“Houve uma enxurrada no pagamento de emendas do relator-geral nos últimos dias, e eles ocorreram durante a movimentação da oposição para a instalação da CPI do MEC, após a prisão do ex-ministro Milton Ribeiro”, alertou Castello Branco, em entrevista ao **Correio**. “O governo pode até justificar a lei eleitoral como um dos motivos para o aumento no fluxo de pagamentos dessas emendas, mas o movimento desde 22 foi bastante atípico se compararmos com os anos anteriores”, destacou.

Ao ser questionado sobre o forte aumento do volume de pagamento de emendas do relator nos últimos dias, o líder do governo, senador Carlos Portinho (PL-RJ), negou qualquer espécie de toma lá dá cá para barrar a CPI do MEC. Ele também descartou a existência de movimento do governo para a retirada de assinaturas para a criação da comissão. São necessárias, no mínimo, 27 assinaturas,

Emendas de relator

Valores em junho de 2022, dia a dia

Dia	Lançamento	Empenhado	Pago	Restos a pagar pagos	Total pago
		0,00		34.962.526,59	34.962.526,59
2/6		10.533.045,00		71.436.807,91	71.436.807,91
3/6				102.754.191,11	102.754.191,11
6/6				33.882.440,41	33.882.440,41
7/6		466.955,00		5.640.557,45	5.640.557,45
8/6		4.974.137,00		8.629.134,10	8.629.134,10
9/6				20.846.352,03	20.846.352,03
10/6		54.312.760,00		31.766.814,38	31.766.814,38
13/6		361.283,24		15.253.346,78	15.253.346,78
14/6		280.012.179,23		18.355.604,18	18.355.604,18
15/6		1.831.649.923,16		15.776.051,92	15.776.051,92
17/6		99.169.496,00		50.113.505,15	50.113.505,15
20/6		55.726.362,96		10.042.365,81	10.042.365,81
21/6		95.078.464,08		20.213.581,76	20.213.581,76
22/6		43.671.266,65	1.770.904.978,00	40.884.154,19	1.811.789.132,19
23/6		1.720.012.537,55	39.965.699,09	89.706.935,05	129.672.634,14
24/6		1.565.710.702,29	47.104.127,00	67.264.452,85	114.368.579,85
27/6		(40.352.993,34)	2.444.020.106,91	37.561.905,13	2.481.582.012,04
Total		5.721.326.118,82	4.301.994.911,00	675.090.726,80	4.977.085.637,80

Fonte: SIAFI – Elaboração: Contas Abertas

e o pedido da CPI foi protocolado com 31 signatários.

“Não tem toma lá dá cá no Senado. Em nenhum momento houve movimento para retirada de assinatura nenhuma. E, sobre esse assunto (dos pagamentos), para mim, não me diz nada. Não tenho participação, ingerência ou interesse”, afirmou Portinho. O líder ainda frisou que não tem RP9 de valor extraordinário. “As minhas são transparentes e publicadas no meu site”, garantiu. Procurados, o Ministério da Economia, que é responsável pelo pagamento das emendas por meio do Tesouro Nacional, e o MEC não comentaram o assunto até o fechamento desta edição.

Pressão

Portinho, porém, pressiona para barrar o colegiado. Ele ressaltou que antes da CPI do MEC, há outras quatro protocoladas. “É de se seguir a ordem cronológica, sim, porque não há juízo de conveniência. Não é exclusividade da CPI do senador Randolfe, ele não é um senador de classe privilegiada”, afirmou.

Para a oposição, a investida dos senadores é mera tentativa de barrar a investigação, uma vez que não há no regimento qualquer regra explícita a respeito de se seguir ou não a ordem cronológica dos requerimentos de CPI. Um parlamentar comentou que, há tempos, a base do governo tenta impedir a apuração. “Tiraram emenda, tiraram assinatura, mas não conseguiram barrar. Agora, vão tentar fazer com que, pela questão da ordem, seja obedecida a ordem cronológica”, disse, sob a condição de anonimato.

Ao protocolar o requerimento, Randolfe Rodrigues disse que, além das denúncias há outras razões para criar o colegiado. “A investigação em curso está sob forte intervenção e forte ameaça. Desde a semana passada, é de conhecimento de todos, em áudio do próprio senhor Milton Ribeiro, de que o presidente da República interveio de forma clara para impedir que a investigação avançasse”, comentou.

De acordo com o *Estadão*, o governo escalou os senadores Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), ex-presidente da Casa, e Flávio Bolsonaro (PL-RJ) para liderar as investidas contra a CPI.



ALEXANDRE GARCIA

COMO GRITAM AGORA POR UMA CPI DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, NO CASO DOS PASTORES, E COMO O DUPLO ASSASSINATO NO JAVARI VITIMOU UM EUROPEU, É HORA DE LEMBRAR DA CPI DAS ONGS AMAZÔNICAS. POR QUE NÃO SAI?

Escondidos na floresta

Estava prontinha para começar, a CPI das ONGs da Amazônia, com o apoio de 30 senadores, assinaturas mais que suficientes, no fim de agosto de 2019, mas Davi Alcolumbre, o senador do Amapá que presidia o Senado, demorava em pedir aos líderes que indicassem os membros de cada partido para começar a investigação. Parece que ele esperava pela covid, para barrar a CPI. A pandemia veio, o Senado se encolheu, como tudo foi encolhido por uma campanha que queria encolher o país, as empresas e as pessoas. E assim foi até abril do ano passado, quando o ministro Barroso deu liminar mandan-

do o Senado abrir CPI para a covid, passando por cima da fila de preferência que tinha, à frente, a CPI das ONGs. O plenário do Supremo confirmou, com um único voto contrário, do ministro Marco Aurélio. Os senadores, contrariando a independência estabelecida no segundo artigo da Constituição, baixaram a cabeça, e se fez aquela CPI que todos conhecemos.

A CPI das ONGs da Amazônia continua à frente da fila de espera. Como gritam agora por uma CPI do Ministério da Educação, no caso dos pastores, e como o duplo assassinato no Javari vitimou um europeu, é hora de lem-

brar da CPI das ONGs amazônicas. Por que não sai? O autor do requerimento, senador Plínio Valério, representa o Amazonas e diz que há 100 mil ONGs por lá. Com tanta ONG, nem haveria espaço para desmatar, queimada, tráfico. Imagine cada ONG com 10 pessoas, já dá um exército de 1 milhão de protetores da Amazônia. Dá três vezes o efetivo das Forças Armadas. A ex-ministra Damare Alves me diz que ONGs estrangeiras usam aldeias como zoológico humano para vender documentários milionários na Europa; ONGs que agem como donas de territórios indígenas.

Diante de provas de compra, no município de Coari, de 4 mil km2 de terras por holandeses via ONG, segundo o senador Valério, o presidente do

Senado, Rodrigo Pacheco, em novembro último, prometeu, para início deste ano, a abertura da CPI. A área em Coari equivale a 1/10 da superfície da Holanda. Mas até agora, nada. Já vamos para o segundo semestre, com campanha eleitoral. O senador Valério disse à revista Oeste que uma grande rede de televisão é contra. Por quê? Coari, segundo o senador, tem sob o solo imensa riqueza de petróleo e gás. Assim como na “Cabeça do Cachorro”, meu amigo aviador conta que muitos de seus voos vão lotados de canadenses, como turistas. E por lá, o chão está cheio de nióbio. Ainda segundo o senador Valério, tem ONG usando brasileiros como laranjas — em geral, europeias.

Agora, a desculpa é que é ano eleitoral. Ora, essa CPI não é politizável;

é de defesa dos interesses nacionais, bem acima de partidos políticos. Uma auditoria do TCU mostra que 85% do dinheiro de muitas ONGs são despesas da própria diretoria. O senador Valério identifica hipocrisia e picaretagem. Parece pior: infiltração para dominar nossa riqueza natural. Tem dinheiro brasileiro e tem dinheiro de governo europeu, que não é repassado direto, mas via organismos “protetores” da Amazônia. Temos todo direito de saber. ONGs que sejam instrumentos de interesses estrangeiros na Amazônia precisam ser mostradas à luz de uma CPI, que está apta a começar. Por que não começa? O silêncio que se faz é indício de que algo precisa continuar escondido sob a floresta.